

MENINOS DE ENGENHO. TRADIÇÕES E DRAMAS
FAMILIARES FEITOS SÍMBOLOS DA BRASILIDADE

Este artigo analisa como o romance regionalista nordestino, consagrado a partir dos anos 1930, tornou-se o símbolo do surgimento de uma “autêntica cultura nacional”, provocando a mudança do cenário do mundo urbano para o mundo rural, da capital do país para o interior do Nordeste, a mudança de personagens privilegiados pelas narrativas (patriarcas rurais, meninos de engenho, cangaceiros, mulheres sedutoras, em competição por favores dos senhores de engenho etc.), a mudança de sintaxe e do vocabulário utilizados na narrativa. Mudanças que acompanham origens sociais diversas dos escritores e transformação profunda do público leitor e do mercado editorial de que passam a participar.

Privilegia o estudo de A Bagaceira, de José Américo de Almeida, e do assim chamado “ciclo da cana-de-açúcar”, de José Lins do Rego, ambos originários de linhagens de senhores de engenho da Paraíba, ameaçadas de declínio com a expansão das usinas a vapor. Busca demonstrar como a experiência social e familiar dos escritores é repensada nas obras literárias, nas quais o reconhecimento, como romancista, permite liberar o relato dos sofrimentos familiares; um arbitrário individual e familiar torna-se progressivamente o símbolo mais consagrado da coletividade brasileira. Estuda, ainda, a contribuição do gênero romance para o deslocamento da percepção da mestiçagem como marca da degenerescência da “raça brasileira”, e sua substituição pela reflexão sobre as modalidades

* Antropólogo, mestre de conferências da EHESS e pesquisador do CESSP (Centro Europeu de Sociologia e de Ciência Política). Codirigiu o CRBC/EHESS (Centro de pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo), de fevereiro de 1996 a setembro de 2009. Publicou, em 2011, “Souvenirs’ d’un Européen: entre ‘Brésil, terre d’avenir’ et ‘le Monde d’hier’. Les derniers écrits de Stefan Zweig”, em *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 186-187, p. 112-131.

concretas em que patriarcas brancos engendram proles mestiças, através de “poligamia” efetiva, como pontificavam nos mesmos círculos literários os ensaios de Gilberto Freyre.

Palavras-chave: *reconversão de elites agrárias; romancistas autenticamente brasileiros; literatura nacional; Nordeste.*

As imagens do Brasil, a partir do século XX, evocam repetidamente o poder arbitrário exercido pelos patriarcas brancos sobre as camadas camponesas mestiças, compostas de descendentes de escravos vindos da África, ou de populações ameríndias submetidas pelos portugueses, assim como a conduta dos poderosos, que não hesitam em fazer uso da violência física para impor suas ordens ou para ter acesso aos favores sexuais das jovens e das mulheres adultas oriundas de posições subalternas. O banditismo e o messianismo constituiriam, apenas, componentes ordinários de um universo em que os indivíduos devem contar primeiramente com eles próprios para se fazerem respeitar. Por outro lado, a astúcia e a sedução dotam as mulheres das únicas armas capazes de lhes permitir participar do controle de seu próprio destino. Este imaginário, difundido hoje pelo cinema e pelas telenovelas, está ancorado na ficção romanesca, consagrada no final dos anos 1920, com o surgimento do romance “autenticamente nacional”, no Brasil.

Este trabalho visa a discutir como o romance regionalista do Nordeste, ao analisar, minuciosamente, a decadência do patriarcado rural, no momento mesmo em que se intensificavam o crescimento das cidades e a implantação de um parque industrial moderno nas grandes capitais do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo), tornou-se o símbolo da literatura verdadeiramente brasileira. O estudo das mutações da “república das letras” interessa-se, igualmente, pelas transformações do mercado editorial, para compreender a consagração desse novo gênero literário.¹

Na cena internacional, o romancista mais conhecido e traduzido é Jorge Amado (1912),² mas a crítica literária e os historiadores da literatura lembram que seus romances fazem parte de um conjunto de obras produzidas por escritores como José Américo de Almeida (1887), José Lins

¹ O estabelecimento de uma relação entre o tecido de símbolos proposto pelo romance “autenticamente brasileiro” e a implantação do mercado editorial, a partir de 1920, se inspira nos trabalhos de Pierre Bourdieu (1992), Michel Foucault (1969) e Roger Chartier (1996). A ruptura introduzida pela “teoria dos campos” no conhecimento das condições sociais de toda obra literária, quer se trate de sua produção, quer de sua recepção, é estudada de forma bastante esclarecedora por Joseph Jurt (2004).

² De acordo com o dicionário histórico-bibliográfico brasileiro (Abreu e Beloch, 2001, vol. I, p.192), seus livros foram editados em 60 países e traduzidos em 46 línguas. Para um excelente estudo da obra de Jorge Amado, em relação com sua trajetória social e seu percurso intelectual e político, ver Alfredo Wagner Berno de Almeida (1979).

do Rego (1901), Rachel de Queiroz (1910), Graciliano Ramos (1892), entre os mais renomados. A condição de romance pioneiro é atribuída à *Bagaceira*, de José Américo de Almeida, publicado em 1928, e o romance mais notável seria *Grande Sertão, Veredas* de Guimarães Rosa, publicado em 1956.³ Os temas tratados, o caráter das personagens principais e as técnicas da narrativa foram retomados em seguida pelo teatro, pelas emissoras de rádio, pelo cinema e pela telenovela dos anos 1970, de tal modo que não é raro que se considere hoje, como fidelidade à “cultura brasileira”, o que é apenas uma invenção literária bem datada. A hipótese que queremos examinar neste trabalho é a de que o sucesso do imaginário, constituído pelo romance dito “moderno”, “regionalista” ou “social”, se deve à proposta de um novo gênero literário, no momento em que a morfologia da categoria dos leitores sofria uma importante transformação, com o aumento dos níveis de escolaridade e graças à implantação de um novo mercado editorial, o que permitiu a consagração de uma nova geração de escritores. Cada um desses componentes depende de mecanismos sociais particulares, e nenhum dos agentes envolvidos nessas mudanças – por mais lúcido que fosse – os dominava, ou sequer tinha uma percepção clara de todas as engrenagens implicadas nessa verdadeira mutação cultural. Privilegiaremos, nesta análise, os romances referentes às plantações de cana-de-açúcar do Nordeste.

○ RETORNO AO MUNDO RURAL

O olhar voltado para o mundo rural brasileiro, no final dos anos 1920, é ainda mais surpreendente se considerarmos que o romance do final do século XIX tinha alcançado uma qualidade notável. Machado de Assis, considerado hoje o maior escritor brasileiro, delineou um retrato denso e penetrante dos ardis perpetrados pelas grandes famílias da corte no Rio de Janeiro, contra os recém-chegados da província,⁴ condenando-os à ruína financeira e à loucura. Outros escritores, como Lima Barreto, Aluísio de Azevedo e Raul Pompeia, tinham decodificado o universo dos funcionários do serviço público, vítimas dos combates entre chefes políticos, a existência estigmatizada dos mulatos e a degradação das habitações urbanas miseráveis, ou ainda, a violência dentro de internatos encarregados de educar a futura elite letrada. As situações sociais e as personagens aguçam a percepção do que estava em jogo nos debates e nos conflitos, na capital

³ Ao enviar o exemplar deste romance ao pioneiro deste gênero, Guimarães Rosa compôs a seguinte dedicatória: “A José Américo de Almeida, que abriu para nós os caminhos do moderno romance brasileiro”.

⁴ A trilogia célebre é composta por *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*; a ela se seguiu uma radiografia da sociabilidade dos dirigentes políticos, estudados desde a infância, em *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*, observada justamente por ocasião da passagem do Império à República (cf. Machado de Assis, 1997).

do Rio de Janeiro, na época da Abolição da Escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889). Embora as tramas amorosas constituam o fio condutor da narrativa, dificilmente se poderia encontrar uma ficção literária mais esclarecedora das configurações sociais e políticas de um dado país em uma época precisa.

É como se esses paradigmas de uma literatura de qualidade caíssem em desuso em face da emergência de uma ficção originária do “Brasil profundo”, como se a realidade social do Rio de Janeiro, um dos principais portos assegurando a comunicação com a Europa, fosse menos representativa dos dramas vividos no interior do país. A primeira mudança manifesta é a da origem geográfica e social dos romancistas: eles já não são mestiços nascidos no Rio, como Machado de Assis e Lima Barreto, mas descendentes das famílias de grandes proprietários fundiários do Nordeste, nascidos, em sua maioria, nas casas-grandes das grandes plantações, de pai e mãe brancos. Os “romancistas do Norte”, como foram conhecidos de início, são oriundos de diferentes estados federados nordestinos: José Américo de Almeida e José Lins do Rego vêm da Paraíba, Rachel de Queiroz, do Ceará, Graciliano Ramos, de Alagoas, Amando Fontes, de Pernambuco e Jorge Amado, da Bahia. Na verdade, só se constituíram como grupo porque foram editados pela mesma editora – Casa José Olympio⁵ – que constituía seu ponto de encontro preferido quando uns após outros partiram para o Rio. Com frequência, o primeiro romance foi editado na província, por conta do autor, ou graças ao seu prestígio junto à imprensa oficial de seu estado natal; foi somente depois da boa recepção das primeiras obras redigidas no estado de origem que eles migraram para a capital.

Em virtude da origem dos romancistas, os romances passam por transformações que se manifestam de várias maneiras. Como já mencionado, o quadro da ação não é mais a capital, mas as plantações que concentravam na época o essencial da população brasileira. Os temas tratados abandonam o terreno das intrigas da corte, voltando-se para o exame dos comportamentos dos patriarcas e das fontes de seu poder, bem como para o estudo dos bandos armados, focalizados nos combates entre os poderosos locais, ou da irrupção periódica de profetas, anunciando uma nova era de justiça e abundância para todos, graças à restauração da lei divina. À mudança de conteúdo corresponde uma mudança da forma: a frase torna-se mais despojada, a linguagem se aproxima da língua falada, e a colocação dos pronomes demonstra que esta distância em relação às normas portuguesas visa a afirmar os usos correntes no Brasil. A variação de vocabulário é tão nítida, que o romance pioneiro foi publicado com um glossário, por ocasião

⁵ Para o estudo desta editora, ver os trabalhos de Gustavo Sorá (1998 e 2010), que demonstram que as classificações como “romance do Nordeste” ou “ciclo da cana-de-açúcar” são invenções do editor.

de sua reedição no Rio de Janeiro. Em consequência, a simples confrontação dos romances regionalistas dos anos 1920-1960 com os romances do final do século XIX e do início do século XX revela a supremacia de novos cânones literários.

A Semana de Arte Moderna de 1922 se inscreve como evento decisivo da mudança dos paradigmas e representa uma abertura para as vanguardas europeias, sobretudo para o futurismo. Ainda que ela tenha desestabilizado as crenças nos valores artísticos da época, os movimentos estéticos do Rio e de São Paulo não conseguiram fixar os modelos do novo romance. Por outro lado, como demonstra Neroaldo Pontes de Azevedo (1984), a cidade de Recife, que usufruía de uma supremacia cultural no norte do país, graças à sua Faculdade de Direito (fundada em 1827), foi atravessada pela polêmica entre os “futuristas”, adeptos das novas ideias defendidas pelos intelectuais de São Paulo, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, ali difundidas por Joaquim Inojosa, e os “tradicionalistas” e “regionalistas”, fiéis às formas culturais herdadas do passado, para introduzir as modificações impostas pelo presente, ideias preconizadas por Gilberto Freyre, ao retornar de seus estudos nos Estados Unidos, em 1923. Essa controvérsia que tomou conta dos jornais do Recife era homóloga à polarização das facções políticas em disputa pela hegemonia em Pernambuco; além do mais, os romancistas do “ciclo da cana-de-açúcar” faziam parte do círculo de amigos, e mesmo de admiradores de Gilberto Freyre. Redigidos e publicados na província, os romances foram consagrados pela crítica literária da capital. Eles não constituíram a materialização de princípios fixados, a priori, por debates estéticos, ainda que importados da Europa, mas estabeleceram a constatação literária de fatos sociais amplamente conhecidos e comentados no dia a dia, mas pouco retomados na literatura, por serem percebidos até então como atestados do estado pouco “civilizado” do país. Tratava-se mais de romances esperados, em razão de uma carência, da explicitação de conflitos violentos, que atravessavam o cotidiano do universo social afastado das grandes cidades.

Em 1902, Euclides da Cunha transformou a narrativa da guerra de Canudos (1893-1897) – que opunha os adeptos de um profeta que defendia a inversão simbólica entre o litoral, ligado à Europa, e o interior do país (“o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”) e o exército republicano – na trama de uma epopeia que torna manifesta a tragédia que espreitava o Brasil. O massacre dos adeptos de Antônio Conselheiro, pelo exército republicano, foi apresentado como um “crime da nacionalidade”: por desconhecimento dos estilos de vida e dos modos de pensamento das pessoas do interior, os adeptos das instituições republicanas importadas da Europa

e dos Estados Unidos eliminavam compatriotas que tinham esboçado os traços originais de um mundo novo,⁶ e a esperança de alcançar um dia a civilização, enquanto povo soberano. Desde a sua publicação, esta obra foi reconhecida como pedra angular do nacionalismo cultural no Brasil. Não foi por acaso que um dos críticos literários mais reputados do Rio de Janeiro, nos anos 1920, Alceu de Amoroso Lima, consagrou o romance *A Bagaceira*, em 1928, como “o romance que poderia ter sido escrito por Euclides da Cunha”. Certamente, o erudito da capital, dono de uma bagagem cultural bastante cosmopolita, podia reconhecer neste romance o enunciado de uma mensagem equivalente àquela de *Os Sertões*: ele explicitava os problemas a enfrentar, para tentar chegar à “civilização” alcançada pelas potências hegemônicas, no tabuleiro de xadrez mundial. Não era preciso fazer tábula rasa das análises dos dramas da corte, transformada em capital da República; elas seriam, simplesmente, insuficientes para conhecer as razões sociais e históricas do atraso nacional. Visto da capital, o romance que emergia do “Brasil profundo” tinha todas as chances de ser considerado o enunciado de questões incontornáveis para a coletividade fazer parte desse típico produto do século XX: a “Sociedade das Nações”.

A consagração do romance voltado para as plantações do Nordeste não se deve ao público ou aos críticos literários regionais; as reedições, na capital, e os comentários favoráveis na imprensa do Rio de Janeiro, no mesmo ano de sua publicação na província, deram uma dimensão nacional a uma literatura de origem “regionalista”.⁷ Este interesse pela literatura regionalista se intensificou após a revolução de 1930, que afastou as elites políticas de São Paulo das alavancas do poder federal, em benefício das elites regionais de segundo plano, aliadas aos jovens oficiais do Exército cujas carreiras estavam bloqueadas.⁸ Os novos dirigentes, comandados por Getúlio Vargas, buscavam reformar as instituições republicanas para diminuir a ascendência das elites de São Paulo, ligadas à exportação do café, sobre o Estado federal; eles só poderiam ver com bons olhos os esforços destinados à ampliação da definição do nacional, à tomada em consideração dos aspectos da vida do interior, até então negligenciados. Assim, as reformas do Estado,

⁶ Para a análise de *Os Sertões* como mito de origem da nação brasileira, ver Garcia Jr. (2000).

⁷ Seria interessante aprofundar a comparação do destino desigual dos escritores regionalistas na França e no Brasil. Como demonstra Anne-Marie Thiesse (1991), os regionalistas franceses atacaram a hegemonia parisiense sem sucesso. Já seus homólogos brasileiros, que se inspiraram em suas propostas estéticas, conseguiram se fazer reconhecer como símbolo da coletividade nacional. A centralidade de Paris foi obtida contra elites políticas e intelectuais regionais; a partir de 1930, o Rio de Janeiro conheceu uma profunda recomposição dos círculos dirigentes com a incorporação de grupos regionais até então subordinados.

⁸ A revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, teve repercussões sobre a centralização do poder do Estado, sobre a criação de uma economia nacional ligada à industrialização do país, mas exerceu também grande impacto sobre a educação e a cultura. As novas relações entre os intelectuais e o Estado são estudadas por Sérgio Miceli (1981), e as transformações do espaço político, por Boris Fausto (1970).

posteriores a 1930, visaram a diminuir a fragmentação da administração, resultante da concentração de certas prerrogativas e instituições, nas mãos dos estados federados, como uma parcela considerável dos impostos, da magistratura, das forças policiais, do sistema educativo (escola primária e secundária), graças à expansão dos campos de ação pública da União. A centralização do poder federal podia vir acompanhada de uma atenção mais marcada pelas realidades sociais dos diferentes estados federados, menos interessados na política econômica subordinada à manutenção das cotações do café nos mercados internacionais. A ampliação do recrutamento das elites políticas nacionais parece corresponder à ampliação dos temas e configurações sociais, tratados pela literatura. Assim como os vivos debates, após a vitória do levante militar para fixar a orientação da ação da nova equipe, a literatura contribuía para trazer para a frente da cena pública um certo número de questões represasdas.

Por outro lado, a crise de 1930 aumentou as dificuldades para importar livros da Europa, abrindo a possibilidade de uma maior oferta de livros editados no Brasil. Como demonstra o estudo de Gustavo Sorá (1998 e 2010), sobre umas das principais editoras do período 1930-1970, foi nesta ocasião que as atividades editoriais se diferenciaram da função de livreiro, permitindo a profissionalização de editores e escritores. A preferência das novas editoras por autores nacionais se devia tanto a razões de ordem econômica, como à necessidade de marcar a originalidade da missão do patronato do livro. Deve-se reconhecer que o número de leitores também aumentava, graças aos investimentos em escolarização, por parte das famílias de plantadores ameaçadas de declínio. Uma escolarização mais aprimorada e duradoura das novas gerações, inclusive das meninas, abria a porta para carreiras de substituição no mundo urbano, permitindo enfrentar, em melhores condições, as quedas de rendimentos impostas pelo mercado internacional. Os novos escritores regionalistas se endereçavam, pois, a um público em crescimento; um de seus componentes principais era formado por leitores, também eles, descendentes de patriarcas rurais. Os novos leitores, letrados que só tinham frequentado o mundo urbano por ocasião do prolongamento de seus estudos, foram muito receptivos aos romances que tratavam de “nossos temas, nossos problemas” em um estilo e uma linguagem que se aproximavam dos usos de todos os dias. Tudo aconteceu como se a literatura se tornasse a principal porta de entrada para acessar os debates que atravessavam o espaço público (cf. Pécaut, 1989), e até mesmo para afirmar a presença crescente dos recém-chegados nas grandes cidades.

AS MAZELAS DO MEU ENGENHO: A VIDA ÍNTIMA DO VÍNCULO CASA-GRANDE E SENZALA

Uma marca bem visível dos romances e dos romancistas do “ciclo da cana-de-açúcar” é a retomada de eventos relativos ao passado familiar ou à experiência do autor como tema da narrativa. Esta característica reforça o interesse de nos interrogarmos sobre as relações entre as situações sociais em que todo escritor está envolvido e sua obra literária. A comparação entre José Américo de Almeida e José Lins do Rego, que escreveram sobre o universo das plantações de açúcar pertencentes aos seus ascendentes, torna manifestas duas relações com o Estado e a literatura: o primeiro inaugurou uma nova modalidade de romance, em 1928, e dois anos mais tarde estava no centro da conspiração para o levante de 1930, transformando-se no líder civil da revolução no Norte do Brasil, o que lhe deu acesso a postos ministeriais e a uma carreira política nacional de primeiro plano. Só retornou aos romances quando o jogo de poder da época Vargas o afastou do centro das decisões; sua atividade literária, porém, permaneceu subordinada aos imprevistos dos combates políticos. Bem diferente foi o percurso de José Lins do Rego: ainda estudante de direito, sua participação nos jornais partidários era, preferencialmente, consagrada à crítica literária. Depois de seu casamento com a filha de um poderoso senhor de engenho e chefe político local, foi nomeado fiscal de impostos, sem jamais se dedicar ao serviço público; o cargo de funcionário público foi apenas um meio para financiar sua atividade literária, que estava no cerne de todos os seus esforços, permitindo-lhe editar cerca de um romance por ano, no início de sua carreira nos anos 1930. Os dois amigos, partilhando origens sociais e geográficas, são emblemáticos para pensar a diversificação do campo do poder no Brasil, a partir de 1930, sobretudo o investimento pessoal na construção do Estado ou da “cultura nacional”, campos de ação distintos, mas complementares.

No preâmbulo de *A Bagaceira*, José Américo de Almeida adverte o leitor: “Ver bem não é ver tudo: é ver o que os outros não vêem”.⁹ O princípio dessa acuidade do olhar está inscrito no sofrimento pessoal de uma maneira um pouco velada: “Os grande abalos morais são como bexigas: se não matam, imunizam. Mas deixam a marca ostensiva”.¹⁰

José Américo de Almeida nasceu em 1887, em um engenho da Paraíba,¹¹ um ano antes da Abolição da Escravatura e dois anos antes da Procla-

⁹ Cf. ALMEIDA, J. A. de, 1989, p. 35.

¹⁰ Idem.

¹¹ A transformação dos modos de dominação no seio das plantações açucareiras do Nordeste foi objeto de minha tese de doutorado, retomada em seguida sob a forma de livro (Garcia Jr., 1989 e 1990). Este estudo era fundado em uma pesquisa etnográfica sobre o município de Areia, terra de José Américo de Almeida, complementar aos trabalhos de Marie-France Garcia (1984) sobre os ciclos de feira dessa região.

mação da República; do lado paterno como do materno, descendia de linhagens de senhores de engenho e de senhores de escravos, há pelo menos três gerações. Um violento conflito atingiu sua linhagem materna por volta de 1850. Seu tio-avô vivia em concubinato com uma mulher branca, que tinha chegado a Areia, seu município natal, por ocasião da forte seca no sertão, vizinho das terras úmidas e fecundas do brejo, único terreno propício ao cultivo da cana-de-açúcar. O chefe da facção política rival – Trajano Chacon – interpelou esta senhora, descontente por ver sua esposa cumprimentar e conversar com pessoa que ele assemelhava a prostitutas; a discussão degenerou, acabando com um pontapé do político. Esta humilhação pública foi vingada com o assassinato de Chacon, por dois matadores profissionais, em uma emboscada. Com a elucidação do crime, os matadores foram enforcados e os presumidos mandantes, seus tios-avós e a mulher ultrajada foram condenados a purgar longas penas na prisão em Fernando de Noronha. Os tios-avós tiveram que percorrer a pé o caminho que leva do alto da cadeia de montanhas, onde está situada Areia, até a capital, vestindo um colete de couro, encharcado de água e que encolhia sob o efeito do sol. Esta tragédia é conhecida como “o crime de Carlota”, pois o infortúnio foi imputado unicamente à mulher, originária, além de tudo, da região mais pobre do sertão. Como assinalam os críticos literários, a intriga de *A Bagaceira* se constrói em torno de uma jovem branca do semiárido, migrando para a região úmida por causa da seca, ponto de origem de todas as infelicidades. A violência interna ao mundo masculino está no cerne do romance, como analisaremos mais adiante, mas o encaideamento dos eventos históricos demonstra uma violência que vai além das situações recuperadas pela ficção; a título de exemplo, a cronologia do romance está situada no século XX, momento em que a sanção de um crime por enforcamento já não existia. Em resumo, a ficção abrande e não amplifica as violências físicas relatadas com base em arquivos históricos.¹²

José Américo de Almeida viveu no engenho do pai até os 8 anos; lá ele aprendeu a ler e a escrever, graças aos ensinamentos de uma professora primária protegida por sua família, por ser filha natural de um de seus tios maternos. Posteriormente, partiu para viver na casa do tio paterno, vigário da paróquia, para dar prosseguimento aos seus estudos. O pai morreu quando ele tinha 12 anos, e um irmão mais velho assumiu a sucessão do engenho; a família o destinou então ao seminário, que abandonou, após discussões violentas com os irmãos mais velhos. Concluiu, assim, os estudos secundários, na capital da Paraíba, e entrou para a Faculdade de Direito de Recife, criada no século XIX, na qual se formaram os homens políticos e os intelectuais do Império (1822-1889) e da Primeira República (1889-1930).

¹² Cf. Horácio de Almeida, 1957, p. 92-112.

Bacharel em Direito aos 21 anos, foi nomeado procurador de uma cidade do sertão; no ano seguinte, graças ao tio materno, Monsenhor Walfredo Leal, à frente das principais facções políticas da Paraíba (o que comprova que o crime da geração anterior não destruiu o prestígio político da família), foi integrado à alta magistratura do estado. Este cargo favoreceu seu casamento, no ano seguinte, 1912, com uma descendente de senhores de engenho de Areia; aos 23 anos, a despeito de sua pouca experiência dos procedimentos nos tribunais, ele fazia parte de círculos seletos de magistrados da capital desse pequeno estado do Nordeste. Foi nessas condições que começou a participar dos círculos literários, publicando, em 1922, uma novela sobre os costumes políticos da Primeira República, sem grande sucesso.¹³ No mesmo ano, redigiu um relatório sobre as grandes obras de construção de açudes no semiárido, iniciadas pelo governo federal, sob a presidência de Epitácio Pessoa, também originário da Paraíba. O texto visava a impedir a interrupção dos recursos federais, destinados ao combate contra a seca, por parte de um sucessor na Presidência da República, sem compromisso com os pequenos estados nordestinos. Tal foi a origem do livro *A Paraíba e seus Problemas*, publicado em 1923, aproximando a facção política, sob a liderança de seu tio, do grupo familiar dominante na Paraíba e conhecido por sua projeção nacional.¹⁴ Desde o início, seu percurso de escritor carregou a marca de um polígrafo, com a atividade política primando sobre os investimentos literários. Assinale-se que o romance *A Bagaceira*, anunciado em 1922,¹⁵ só foi publicado em 1928.

Graças às editoras oficiais da Paraíba, este livro teve duas edições em 1928, com uma apresentação pouco atraente, em razão do “papel ordinário” utilizado, como observou o crítico literário do Rio, que o consagrou. Tudo aconteceu como se o tema do romance e o estilo do escritor fossem de tal modo inovadores que uma recepção favorável da obra se impunha, a despeito de todas as suas marcas de provincianismo. Alceu de Amoroso Lima vê na mensagem uma dramatização dos problemas sociais causados pelo clima implacável do sertão, origem das secas periódicas. Leituras mais recentes e minuciosas¹⁶ mostram que essa sensibilidade aos tormentos dos deserdados “irmãos do Norte” afeta o núcleo da narrativa: a humilhação infligida a um proprietário branco do sertão, forçado pela seca a se subme-

¹³ Cf. Almeida, J. A. de (1979).

¹⁴ Para excelente estudo das elites políticas da Paraíba na Primeira República, ver Linda Lewin, 1987.

¹⁵ Como informa Neraldo Pontes de Oliveira (1984), a partir de uma leitura sistemática da imprensa de Pernambuco dos anos 1920.

¹⁶ Trata-se do livro de Angela Maria Bezerra de Castro (1987), que assinala que o essencial da trama acontece no *brejo*, região úmida, e que a miséria moral infligida aos imigrantes do semiárido é a herança comum de todos os moradores do engenho. São os mecanismos de poder do *brejo* que constituem o centro do romance, não o êxodo dos famintos da seca, só referidos no início e no fim do romance.

ter ao poder absoluto do senhor de engenho do brejo. O quadro da ação não é o semiárido, mas o brejo, região de forte densidade pluviométrica. Aliás, toda a trama destaca que o pior flagelo não é o clima; a migração provocada pela seca levou à perda da honra familiar, quando o senhor de engenho dispôs dos serviços sexuais da heroína, sem casar-se com ela na devida forma. Ou ainda, de maneira mais crua, quando o senhor tratou a filha de um proprietário branco, temporariamente em dificuldade, como tratava habitualmente as mulheres negras e mestiças descendentes de escravos. O preâmbulo já citado advertia o leitor: “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã.”¹⁷

Para além da miséria material, é a miséria moral do universo das plantações de cana-de-açúcar que se impõe ao longo da narrativa. A trama do romance pode ser condensada em cinco momentos fortes. No início, a rotina do corte do canavial é quebrada pela chegada de três brancos famintos (pai, filha, filho adotivo), expulsos do sertão por uma seca prolongada; eles vão morar em uma cabana de um antigo morador negro, desalojado por uma decisão arbitrária do senhor. A partir do momento em que os sertanejos são integrados ao engenho, o filho do senhor, estudante de direito, corteja a jovem, com quem pretende se casar; as evasivas da moça escondem amores secretos com outro homem poderoso no engenho. Ao descobrir que a filha não é mais virgem, o pai sertanejo, enganado sobre a identidade do ofensor, mata o feitor do engenho e vai para a prisão, no brejo. Com o pai reduzido à situação de impotência, os amores entre o senhor de engenho e a jovem sertaneja assumem uma forma aberta. O ultraje, contudo, vai mais além: o senhor de engenho chega a passar algum tempo no sertão, na posse das terras e dos bens do prisioneiro. A natureza do sertão vinga o filho da terra que perdeu a honra, a autoridade sobre a filha, os bens: uma corrida de cavalo termina em queda fatal do senhor de engenho. Defendido na justiça pelo jovem bacharel, sucessor da propriedade, o velho sertanejo é absolvido e posto em liberdade, para retornar às suas terras no sertão, e o novo senhor transforma o antigo engenho em um “oásis de riqueza e de prosperidade”. Alguns anos mais tarde, por ocasião de uma nova seca, a mulher sertaneja retorna, acompanhada do filho, e pede ao novo senhor de engenho que acolha seu meio-irmão. O retorno a situações equivalentes do ponto de partida da narrativa restaura a dúvida sobre a magnitude das mudanças.

Como podemos constatar, a narrativa destaca a ausência de limites frente à vontade dos senhores de engenho; o assassinato do feitor é a reação de um pai branco, que não está habituado ao tratamento corrente dado às

¹⁷ Cf. Almeida, J. A. 1989, p. 35.

famílias mestiças dos descendentes de escravos, conhecidos como *moradores*.¹⁸ A hierarquia social herdada da escravidão e o domínio dos patriarcas brancos sobre todas as mulheres residentes no interior das propriedades constituem o núcleo central da narrativa. O tema principal é a sujeição no brejo, a seca figurando apenas como motivo da aceitação de submissão temporária, por parte de homens que se concebem como iguais, em honra, aos senhores de engenho. Em consequência, a cor da pele serve de índice do percurso dos indivíduos e das famílias de senhores e de descendentes de escravos. O título do romance é bastante significativo: *bagaceira* designa os resíduos da cana-de-açúcar, depois de ser sido moída no engenho; ela serve de metáfora das existências esmagadas pela força e esvaziadas de qualquer possibilidade de afirmação de suas vontades.

A consagração do romancista não afastou José Américo de Almeida da política, longe disso. O jurista João Pessoa, sobrinho do antigo presidente da República Epitácio Pessoa, eleito governador da Paraíba em 1928, convidou o escritor para figurar entre os secretários do estado, para demonstrar a unificação das principais correntes políticas do estado. Nas eleições de março de 1930, João Pessoa apresentou-se como candidato à vice-presidência da República, na chapa de Getúlio Vargas, em oposição ao candidato de São Paulo, Júlio Prestes, estado que não queria perder as rédeas do governo central. Um levante no sertão da Paraíba, apoiado por Washington Luis, então chefe do governo federal, eclodiu para pressionar este pequeno estado do “Norte”. José Américo de Almeida, enquanto responsável pelas forças policiais, estava em plena ação militar quando João Pessoa foi assassinado, em 26 de julho de 1930. Tornou-se chefe do governo provisório e participou, ativamente, da conspiração para a eclosão da insurreição desencadeada por Vargas, em 3 de outubro.

José Américo, considerado líder civil da revolução no Norte do país, e Juarez Távora, o seu líder militar, nomearam substitutos para os governadores de estado, da Bahia até a Amazônia. Após esta missão, o escritor tornou-se ministro de transportes do primeiro governo de Vargas. Sua carreira política, em nível nacional, o levou a participar de diferentes momentos decisivos da política brasileira, de 1930 até o golpe de estado de 1964,¹⁹ como comprova sua candidatura à sucessão de Vargas, em 1937 (antes do golpe de estado do Estado Novo), a entrevista dada à imprensa em 1945, que pôs fim à censura e acelerou a queda de Vargas, sua candidatura à vice-presidência, em 1946, a eleição para senador em 1947, e para governador da Paraíba. Em 1950, a nomeação para ministro do segundo governo

¹⁸ Cf. Palmeira, M. (1976).

¹⁹ Para a análise comparada das carreiras políticas de José Américo de Almeida e Juarez Távora, os principais líderes da Revolução de 1930 no Norte, ver A. Garcia Jr. (1994 e 2008).

Vargas, a sua presença na célebre reunião dos principais ministros, durante a noite de 23 para 24 de agosto de 1954, pouco antes de Vargas pôr fim aos seus dias e “deixar a vida para entrar na história”.²⁰ Após 1930, seus esforços se concentraram na política, e ele só escreveu mais dois romances em 1935, quando foi afastado do centro das decisões, por uma nomeação para magistrado do Tribunal de Contas.²¹ Suas outras obras dizem respeito às suas memórias políticas ou reúnem textos de discursos e intervenções diversas. Não surpreende que seu renome literário continue ligado ao romance de 1928, com o qual faz figura de pioneiro. Deslocou a questão da miséria crônica do Nordeste do eixo geográfico para o social, como acentuou Ângela Bezerra de Castro (1987): “desmitificando a seca, o romance paraibano encontra sua força de denúncia na ironia do contraste entre a ‘natureza privilegiada do brejo e a degradação humana’”.

UM HERDEIRO IMPOSSÍVEL, PARTIDÁRIO DO FUTURO DO PASSADO

Enquanto José Américo de Almeida traça o retrato do senhor de engenho, através da personagem Dagoberto, forçando os traços de caráter de um indivíduo poderoso e arbitrário, no limite da caricatura, José Lins do Rego, na série de romances sobre as plantações açucareiras, apresenta a transformação dos antigos engenhos, contemporâneos da escravatura, em usinas de açúcar, em fábricas modernas, providas de estradas de ferro e dirigidas por homens ainda mais poderosos que seus ascendentes. Seus romances encerram toda a variedade e todas as nuances das figuras de patriarcas, desde o chefe talhado para a função tradicional, como seu avô, até os arrivistas, capazes de qualquer coisa para se tornarem proprietários de usina, controlando vários antigos engenhos; ou ainda, no extremo oposto, senhores em declínio, cuja decadência assume formas diversas e variadas sem, contudo, eliminar o fosso que os separa dos homens e das mulheres em famílias de *moradores*, descendentes de escravos.

As mulheres também ganham cores e diversidade: o leitor se vê confrontado com meninas, jovens, mulheres casadas ou mantidas pelos poderosos, mulheres solteiras condenadas a crises de histeria, velhas senhoras, a quem cabe conservar e transmitir a memória familiar; a organização das casas dos senhores – as casas-grandes – é função delas, com as brancas dando ordens na cozinha e a respeito de todas as tarefas domésticas, as negras

²⁰ Esta frase faz parte da “carta testamento”, endereçada ao povo brasileiro por Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 por ocasião de seu suicídio.

²¹ Os dois romances publicados nessa época são *Boqueirão* e *Coiteiros*, relativos ao emprego de milícias armadas pelos proprietários, por ocasião de disputas políticas. Cf. Almeida, J. A., 1989.

e mestiças junto ao fogão, ou ocupadas em cuidar da casa, lavar e passar roupa. São as mulheres negras e mestiças, numerosas no engenho, que se prestam à iniciação sexual dos filhos dos senhores ou à satisfação da voracidade dos adultos. A diversificação dos personagens da classe dominante tem sua contrapartida na descrição sutil da variação das condições e dos estilos de vida dos *moradores*, ou das posições intermediárias, como os feitores, os contramestres, os artesãos e comerciantes, os capangas.²² A série de romances vinculados uns aos outros, à maneira dos naturalistas, permite ainda confrontar os itinerários de um filho de senhor de engenho e de seu companheiro de brincadeiras infantis, filho de *morador*, quando deixam o mundo “protegido” do engenho em direção a Recife: o branco, para dar continuidade a seus estudos até a Faculdade de Direito, o mestiço para tornar-se operário. Tudo acontece como se José Lins do Rego tivesse que objetivar quase todas as posições do universo das grandes plantações, para compreender porque estava destinado a deixar o mundo que tinha permitido a felicidade de sua infância, enquanto *menino de engenho* (título do seu primeiro romance, que inaugurou uma longa carreira de sucessos literários).

Com efeito, José Lins do Rego nasceu em 1901, no *Engenho Corredor*, no município de Pilar, na várzea da Paraíba, cujas condições ecológicas prolongam aquelas da Zona da Mata de Pernambuco,²³ ele também descendente de linhagens de senhores de engenho, tanto do lado paterno como do materno. A mãe morreu quando tinha apenas 4 anos, e o pai o confiou aos cuidados da família do sogro. Durante sua infância, quase não teve contato com o pai ou com os parentes paternos; foi criado sob a responsabilidade das duas irmãs mais novas da mãe, “perdendo” assim “mães” sucessivas, na medida em que elas se casavam e deixavam o engenho do avô. Ao que parece, teve um relacionamento de grande afeto com o avô materno, proprietário de dez engenhos na região mais fértil da Paraíba; este teve seis filhas do casamento religioso e alguns filhos naturais.²⁴ Os dotes das filhas permitiram reconstituir uma rede de genros formados em Direito, fiéis ao patriarca, que partilharam suas existências entre as carreiras políticas de deputado ou de magistrados dos tribunais civis e as ocupações de senhores de engenho, quando o sucederam. Como em relação a suas mães substitutas, destinadas a partir uma após outra, com o casamento, José Lins do Rego aprende que seu laço com o engenho é efêmero, e que também ele

²² José Sérgio Leite Lopes (1977) estudou em detalhe as categorias de parentesco, nos romances do ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego.

²³ Cf. Andrade, M. C. de, 1964.

²⁴ Wladimir de Carvalho, em documentário intitulado *O engenho de Zé Lins*, de 2008, filma o depoimento de familiares do romancista, certificando que o avô preservou o neto de ser submetido a julgamento, por ter matado involuntariamente outro menino, dentro do engenho, durante brincadeira infantil.

está destinado a partir.²⁵ Primeiramente, para estudar no internato da capital, como a maioria dos filhos de grandes proprietários; em seguida, para entrar na Faculdade de Direito de Recife (1919) e, graças ao diploma, encontrar uma carreira de substituição no estado em rápida expansão. Formado em 1923, sem que tenha se consagrado a estudos aprofundados, casou-se no ano seguinte com a filha de um rico senhor de engenho e senador pela Paraíba, que usou de todo o seu prestígio para que dessem ao genro um cargo bem remunerado de fiscal de impostos. O escritor sempre vivenciou esta ocupação como uma sinecura, uma espécie de fonte de renda suplementar, de que a classe dos senhores de engenho dispunha, para além dos limites de seus imensos patrimônios fundiários, graças à expansão do estado patrimonial, desprezando o fato de nunca ter preenchido uma guia de infração de não pagamento de impostos. A nobreza da função de escritor dissimulava a insuficiência do servidor público.

De algum modo, a profissão de escritor permitiu que José Lins do Rego permanecesse imerso no universo das plantações, ainda que no plano da imaginação. Desde o tempo da Faculdade, frequentava os círculos literários de Recife, onde conheceu, em 1923, José Américo de Almeida e aproximou-se de Gilberto Freyre, quando este retornou ao Recife após seu mestrado em Ciências Sociais nos Estados Unidos (1924). Segundo as crônicas de Rego, Gilberto Freyre exerceu uma forte influência sobre seu projeto literário de reconstituir as tradições de antigas famílias de senhores de engenho. Com efeito, existe uma complementaridade surpreendente entre o primeiro romance, *Menino de Engenho*, publicado em 1932, e o tema principal de *Casa-grande e Senzala*, publicado em 1933, por Gilberto Freyre.²⁶ Ambos analisam a especificidade do patriarcalismo escravagista e polígamo²⁷ (Freyre, 1974, p. 449) como a matriz

²⁵ Sua obra autobiográfica apresenta um prefácio, datado de janeiro de 1956, no qual o autor explicita os laços entre a infelicidade de sua primeira infância e o desejo de eternizar os traços de sua experiência: “Chamei de verdes anos os tempos de minha primeira infância [...] A vida idílica se desviava em caminhos espinhentos. O neto de um homem rico tinha inveja dos moleques da bagaceira. A separação violenta de minha segunda mãe marcou-me a sensibilidade de complexo de renegado. A ausência do pai que não era bem visto pelos parentes maternos fez de mim uma criatura sem verdadeiro lastro doméstico. Sempre fui um menino criado pelo avô, assim como um enjeitado, apesar de todas as grandezas do avô” (datado de “Rio, Janeiro de 1956”. Ver J. L. do Rego, 1987, vol. 2, p. 1163, Prefácio de *Meus Verdes Anos*).

²⁶ Para a reconstituição minuciosa da formação e itinerário intelectuais de Gilberto Freyre, ver Maria Lucia Pallares-Burke (2005).

²⁷ A poligamia dos patriarcas brancos é a constatação sociológica fundamental de Gilberto Freyre, que lhe permitiu revalorizar a mestiçagem como característica central do povo brasileiro, e inscrever o sentido dessa prática na matriz social e histórica da repartição do poder, no seio das plantações implantadas pelos portugueses no solo da colônia americana: “No Brasil, as relações entre brancos e raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; de outro pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores [...]. Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal – uma minoria de brancos e brancarões dominando, patriarcas polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores do partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palha, vassallos das casas-grandes em todo o rigor de expressão.” (Cf. Gilberto Freyre, 1946, p. 19-20).

social da mestiçagem brasileira, alguma coisa que unifica todos os indivíduos pertencentes a este universo, mas que também hierarquiza cada um segundo a cor de sua pele, mais ou menos escura. Gilberto Freyre tratou, explicitamente, do fato de os brasileiros terem vergonha de ser um povo mestiço, sentimento que experimentara no Estado Unidos, diante de marinheiros com aspecto físico pouco atraente. Essa herança da ideologia do “branqueamento da raça”, que justificara a promoção da imigração europeia a partir do século XIX, concebendo os brasileiros como inaptos para a “civilização”, posto que degenerados, só pôde ser combatida apelando para a distinção entre os conceitos de “raça” e de “cultura”, segundo Franz Boas.

A demonstração de que a mestiçagem se inscrevia na tradição imposta pela colonização portuguesa, de que todos compartilhavam de referências de três bases – europeia, africana, ameríndia – deslocava o debate intelectual da questão da natureza biológica do povo para os modos de constituição histórica e cultural da coletividade nacional. Mas o título mesmo da obra de Freyre, *Casa-grande e Senzala*, lembra a hierarquia que preside a mestiçagem. Todos têm uma origem comum, porém de modo diferente. A bastardia originária dos mestiços só é tratada em meias palavras no ensaio sociológico de Freyre, mas é inteiramente verbalizada no ciclo de romances de José Lins do Rego. A pretensa liberdade sexual no universo tradicional das plantações brasileiras tem mão única: os senhores brancos ou seus filhos podem seduzir as mulheres abrigadas na propriedade, desde que não sejam suas ascendentes legítimas ou suas irmãs, fruto do casamento religioso dos pais. O incesto, diante de mulheres da mesma fratria, por parte de pai e mãe ou de ascendentes com vínculos derivados de rituais católicos, constitui o único limite ao exercício da sexualidade.

As mulheres, brancas ou não, são confrontadas com uma forma particular de divisão de papéis: as primeiras têm por tarefa dar à luz a numerosa progenitura do patriarca, função enobrecida pela classificação de *esposas* e sancionada por um casamento religioso marcando o fim de sua virgindade; às outras, reduzidas à qualificação de *mulheres* ou estigmatizadas como *quengas*, são dados os prazeres do sexo, sem serem reconhecidas como parceiras detentoras de direitos patrimoniais. Os homens negros ou mestiços, “protegidos” pelo senhor, devem resignar-se à condição de solteiros ou de encobrimento das eventuais paixões da casa-grande. Os homens negros ou mestiços do engenho são, com frequência, chamados de *cabras*, esses animais domésticos que se alimentam de qualquer coisa, que vivem nos lugares mais insalubres, sempre dóceis à vontade do senhor, mesmo quando se trata da iniciação sexual dos adolescentes. À poligamia dos que

estão no alto da hierarquia social corresponde o celibato forçado dos que estão embaixo; o orgulho dos senhores tem por contrapartida a resignação dos subalternos. A oposição entre os *cabras*, descendentes de escravos, e os *homens*, designação reservada aos senhores de engenho,²⁸ é homóloga à designação *moleques* para uns, *meninos* para os outros, a demonstrar que estão apartados socialmente, ao longo de todo o ciclo de vida. No romance consagrado ao percurso urbano de um descendente de escravos, *Moleque Ricardo*, a personagem principal revisita seus sentimentos em relação à própria mãe, antes de sua partida para o Recife, a grande capital regional:

A mãe se fora para a cozinha da casa-grande. Talvez que nunca mais visse Mãe Avelina por toda sua vida. Queria-lhe bem. Vira desde que se entendera de gente, ela dormindo com outros homens. Quase que não deixavam lugar para ele dormir. Às vezes, com a lua entrando pelas telhas via tudo, mas fazia que não via. Ela reclamava: – Olha o menino. E o amor, o coito cegavam os dois. Não queria mal a mãe por isto. Quando cresceu mais, ficou mais de longe. Outro irmão mais moço estaria como ele antigamente mais de perto. Avelina era mãe para tudo. Não lhe fazia inveja a mãe de ninguém. Trabalhava na casa-grande e ainda lhe sobrava tempo para ter roçado. Umbras braças de milho, de algodão. E os cinquenta mil réis que fazia na colheita, gastava com eles. O seu vestido de chita era o que a casa-grande dava. E até o botara na escola do Pilar. (J. L. do Rego, 1987, vol. 1, *O Moleque Ricardo*, p. 477).

Deveríamos nos espantar com o fato de que a aptidão para enfrentar desafios violentos constitua um recurso estratégico nesse universo social que apresenta, por outro lado, todas as características de um universo doméstico? Seria assim tão surpreendente ver que a atividade dos padres, tão presentes nas linhagens de senhores de engenho, guardiões da ética católica, seja o único afazer dos dominantes que não foi objetivado pelos romances?²⁹ A explicitação minuciosa das práticas quotidianas do mundo dos engenhos revela padrões de conduta muito distantes dos apregoados pela ética cristã. Fica ainda patente que é a camada dos *moradores* que está tão desprovida de meios materiais quanto dos modos de gerir seus comportamentos no dia a dia, à luz das normas morais apresentadas como

²⁸ Cf. Sigaud, L., 1980.

²⁹ A tese de habilitação para orientar pesquisas de Richard Marin (2004), intitulada *O Crime do Padre Hosana*, focaliza o assassinato do Bispo de Garanhuns, em Pernambuco, no ano de 1957. Este historiador procede a uma reconstrução muito esclarecedora da Igreja pré-conciliar no Nordeste, onde muitos vigários de paróquias rurais viviam em concubinato, mostrando-se tolerantes com relação à poligamia dos grandes proprietários. A romanização empreendida pelo Bispo chocou-se contra os hábitos locais, passados para os costumes; o assassino foi absolvido duas vezes, tendo sua defesa baseada em uma noção inexistente no direito penal brasileiro, ou no direito canônico, mas ancorada em práticas ancestrais: “a legítima defesa da honra”.

universais. Nada mais distante das normas tidas por “civilizadas” que os padrões de sono noturno explicitados no romance *O Moleque Ricardo*; imputar essa discrepância à “raça”, inscrevendo na natureza biológica dos seres o fundamento do comportamento desviante, só aumenta o grau de crueldade de toda essa modalidade de violência simbólica.

Em 1929, *Menino de Engenho* foi apresentado sem sucesso a vários editores; enfim foi publicado às custas do autor, em 1932, no Recife. Seu sucesso imediato atraiu a atenção de José Olympio, livreiro formado na principal livraria de São Paulo – Casa Garraux – graças aos seus laços com a elite política deste estado, e que tinha acabado de se instalar no Rio de Janeiro, com a intenção de desenvolver a atividade editorial (cf. Gustavo Sorá, 2010). Em 1934, ele fez a proposta de editar o romance, com uma tiragem de 4 mil exemplares, pagando antecipadamente os direitos autorais. José Lins do Rego e os demais escritores nascidos no Nordeste contribuíram para fixar uma imagem exclusiva da nova empresa: de certa forma, uma nova literatura, para um novo editor. A etiqueta de “romances do Nordeste”, assim como a denominação “ciclo da cana-de-açúcar”, foram estratégias editoriais que orientaram o projeto literário do jovem escritor. Note-se que esta foi a primeira vez que um editor brasileiro promoveu uma tiragem tão importante no lançamento de uma obra, além do fato de pagar antecipadamente ao escritor. José Lins do Rego pôde, assim, depender progressivamente de sua pena, instalando-se definitivamente no Rio, em 1935. De 1932 a 1939, um novo romance surgiu a cada ano, sem contar as reedições dos precedentes; até a publicação, em 1943, de *Fogo Morto* – sua obra-prima –, a produção foi febril e ininterrupta.³⁰

Menino de Engenho desenha um retrato sem complacência do universo da grande plantação no cotidiano, mas como se trata de uma narrativa em primeira pessoa, o escritor pode, tanto descrever a nítida hierarquia existente entre adultos, descendentes dos senhores e descendentes de escravos, quanto ressaltar o encantamento do neto do senhor, ao compartilhar as perambulações e as brincadeiras dos *moleques* da propriedade. Publicou, em seguida, um romance relativo ao internato na capital, tornando ainda mais forte a oposição entre a disciplina, exigida pelo universo urbano, e as lembranças nostálgicas da liberdade, permitidas pela infância no engenho. Completou o ciclo de vida do narrador através de dois romances relativos à fase adulta da personagem, e sobre a difícil decisão a ser tomada

³⁰ Os romances de José Lins do Rego, diretamente considerados aqui, são: *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), *Fogo Morto* (1943). A estes, integrados no “ciclo da cana-de-açúcar”, poderíamos acrescentar *Pedra Bonita* (1938), sobre um movimento messiânico em Pernambuco, *Cangaceiros* (1953), sobre os bandos armados, e sua autobiografia *Meus Verdes Anos* (1956). A ficção completa foi editada pela Nova Aguilar, em 1987.

pelos donos de engenhos: a instalação de usinas de açúcar, acarretando sua redução a “*fornecedores de cana*”³¹ ou a simples absorção pelas novas empresas. Até o internato, os passos da personagem principal – Carlos de Melo – seguem os traços do itinerário do autor, como podemos constatar pela confrontação de suas narrativas, com a autobiografia publicada em 1956, um ano antes de sua morte, no Rio de Janeiro.

Nos dois outros romances, o escritor explora a possibilidade inversa de seu percurso: depois da Faculdade de Direito, Carlos de Melo retorna ao engenho, para tornar-se o sucessor do avô. Mas o tempo passado na cidade o prejudicou, ele não é capaz de se impor como o avô, e quase fica arruinado, antes de ser salvo por um tio que recupera o patrimônio fundiário para a linhagem. Este tio experimentou, em seguida, as dificuldades da concorrência imposta pelas usinas, como se a modernização agroindustrial pudesse, unicamente, destruir as personagens formadas na plantação tradicional, mundo de abundância e de liberdade. Os romances relativos à fase adulta de Carlos de Melo, o alter ego do romancista, justificam, de algum modo, o fato de o escritor ter sido posto de lado na sucessão do senhor de engenho: ele não havia herdado as virtudes morais do avô. Faltava-lhe o vigor dos que são obedecidos sem fazer esforço ou usar da violência física, cujas ordens são cumpridas sem pestanejar, porque são reconhecidos como “senhores fortes”. A fase adulta do narrador revela as ideias tradicionalistas ou conservadoras do escritor: a reconstituição do mundo de outrora é um meio de eternizar os atributos morais que faziam funcionar os engenhos, unidades sociais simbolizando a particularidade da nação brasileira. As transformações introduzidas pelas usinas de açúcar e o declínio dos engenhos provocam a miséria e o sofrimento sem, entretanto, contribuírem para engendrar o mundo novo. A modernização técnica e econômica acelera a decadência, não assegura maior bem-estar dos indivíduos e controle de cada qual sobre seu destino pessoal. Reforça a potência de alguns antigos *senhores* tornados usineiros, não elimina o poder tradicional. A visão do narrador é, porém, retrospectiva e compreensiva, assinalando que seu conhecimento da trama dos eventos difere, profundamente, do indivíduo que apreende tudo no fogo da ação, sendo incapaz de extrair uma visão coerente da totalidade dos eventos vivenciados. Trata-se das lembranças de um menino de engenho, depois de ter realizado seus estudos superiores, não da reconstituição das emoções e pensamentos de um menino, que veio morar em uma plantação de cana-de-açúcar. O escritor reflete sobre o exercício do comando e se interroga sobre os fundamentos de

³¹ Relativamente à modernização da agroindústria do Nordeste e à concorrência encarniçada entre as usinas e os engenhos, ver M. C. Andrade (1964), P. Eisenberg (1977) e A. Garcia Jr. (1989). Nada mais designativo da desqualificação social, na passagem de *senhor de engenho* a *fornecedor*, do que a expressão *fogo morto*, referência à impotência social e sexual.

seu sucesso. O contraste entre o bom funcionamento do engenho Santa Rosa, do tempo do avô, descrito no primeiro romance e retomado nos seguintes, e a falta de respeito pela autoridade do senhor e a decadência do engenho, estudadas em *Banguê*, é total : o declínio ou a prosperidade não se devem apenas aos mecanismos de concorrência no mercado de açúcar, eles dependem sobretudo das virtudes daqueles que sabem se impor como chefes ou guias dos outros homens. Ao longo dos romances, a descrição sem complacência da autoridade sem limites dos *senhores de engenho* se inscreve em uma reflexão sobre o uso correto da autoridade. Tudo se passa como se o autor procurasse, através das oposições entre os *senhores* ricos e pobres, poderosos ou desprezados, educados e formados em Direito, ou refratários a toda escolaridade, fornecer o paradigma do “bom patrão”, aquele que sabe proteger as famílias abrigadas na propriedade, mas igualmente se fazer obedecer imediatamente. Este poder absoluto não deixava de ter privilégios menos evidentes, como o acesso às filhas e mulheres dos *cabras* de seu engenho. Em *Banguê*, Carlos de Melo não consegue apreender as razões de sua decadência, porque dispunha de fato de poderes quase absolutos, em sua propriedade. É no exercício do *mando* que seus vizinhos tomam a dianteira, fazendo-lhe inveja e vergonha:

O que queriam era o senhor forte, plantando muito, embora a tabica trabalhasse [...]. Não me sentia mal no Santa Rosa, podia viver ali todos os meus dias. Por cousa nenhuma no mundo trocaria o meu engenho, mas tudo conspirava contra essa paz que me dera o domínio sobre uma cousa que era minha [...]. Eu tinha um engenho. Dormia tranquilo, com a certeza de que, de manhã, acordaria no que é meu. Mandava em tudo. Os cabras chegavam no alpendre para pedir. Eu dava e negava coisas, botava pra fora, olhava para os paus d’arco floridos, o flamboyant, os mulungus encarnados. Eram meus. Podia mandar derrubar a Mata do Rolo quando quisesse, comer todas as mulheres de Santa Rosa. Eram minhas. Se quisesse, vendia a vaca Guariba, que dava não sei quantas tigelas de leite. Podia fazer tudo quanto imaginasse. Era dono, senhor, proprietário. Este gozo, a propriedade me dava. É verdade que sofria as minhas decepções quando me comparava com outro. O Folgado do tio Juca, com quatro mil pães; o Maravalha, um sitio, mil e quinhentos pães, o Calabouço, de um negro, fazendo vergonha ao Santa Rosa (J. L. do Rego, 1987, vol. 1, *Banguê*, p. 397-398).

Este trecho condensa a amplitude dos poderes dos senhores de engenho tradicionais, constituídos de longa data com base na escravatura, ilustrados e analisados em detalhe, nas situações descritas nos diversos romances. Se o ciclo de romances permite acumular reflexões sobre a autoridade

tradicional, o crescimento da notoriedade de José Lins do Rego o autoriza a enunciar práticas que possibilitam a imposição da vontade do senhor da plantação – o seu “mando” – como o único princípio da ação de todos os subordinados. Já não há censura a respeito de fatos vivenciados que poderiam apresentar o narrador como oriundo de um mundo em que vigora, sem freios, a lei do mais forte. Mas qual o peso da violência física, do poder de fogo ou de coerção brutal, diante da autoridade moral dos “senhores fortes”? Essa questão perpassa o ciclo de romances analisados com intensidade quase equivalente ao tema da “decadência dos senhores de engenho”. A visita do bando armado, comandado por Antônio Silvino, ao engenho, aparece três vezes na totalidade dos romances. Em *Menino de Engenho*, a descrição ocupa um curto capítulo, no qual é indicado que a visita foi precedida por um bilhete escrito, anunciando sua chegada, e que tudo acabou em um jantar oferecido a todos os cangaceiros. Depois de receber a mensagem, “a casa toda ficou debaixo do pavor”. A tia começou a rezar, pois “tinha muito medo dessa gente que vivia no crime. Quando me viu a seu lado, abraçou-me, chorando”. No entanto, “meu avô é que era o mesmo. Aquele seu ar de tranquilidade poucas vezes eu via alterar-se”. Ao contrário de um homem poderoso da pequena cidade próxima da plantação – Pilar – atacado pelo bando, seu avô não tinha disputas com o bandido. “Naquela noite viria fazer sua primeira visita”, qualificada ainda de “visita de cortesia”. Mas não deixa o romancista de especificar que o “*seu rifle pequeno não o deixava, trazendo-o entre os joelhos*” (J. L. Rego, 1987, vol. I, p. 64-65).

Em seu romance mais célebre, *Fogo Morto*, a cena é bem mais longa e a violência só é atenuada graças à intervenção da personagem que corresponde ao seu avô. Ela tem como cenário um engenho vizinho ao Santa Rosa, de um primo do avô, em plena decadência. Desde a chegada do bandido, todos os detalhes assinalam o perigo iminente:

Seu Lula [apelido do senhor] abriu a porta da frente e D. Amélia acendeu o candeeiro da sala de visita. Entrou na sala o Capitão Antônio Silvino, de peito coberto de medalhas, de anéis nos dedos, de rifle pequeno na mão e o punhal atravessado na cintura. Os cabras ficaram na porta. (J. L. Rego, 1987, vol. II, *Fogo Morto*, p. 697).

Ele vinha recuperar o ouro que acreditava estar escondido na casa-grande. Depois de exigir que a dona da casa tocasse piano, Antônio Silvino ordena a destruição do instrumento para verificar se o ouro não estaria escondido dentro dele. Em seguida, os homens começam a destruir o assoalho; nesse meio tempo, o senhor cai no chão acometido de uma crise de epilepsia. Com a chegada de um vizinho, senhor de engenho a quem não faltam

as virtudes necessárias para o exercício dessa função, a situação muda completamente:

mas quando ia mais adiantada a destruição das grandezas do Santa Fé, parou um cavaleiro na porta. Os cangaceiros pegaram os rifles. Era o Coronel José Paulino do Santa Rosa. O chefe chegou na porta.

– Boa noite, Coronel.

– Boa noite, Capitão. Soube que estava aqui no engenho do meu amigo Lula e vim até cá.

E olhando para o piano, os quadros, a desordem de tudo:

– Capitão, aqui estou para saber o que quer o senhor, de Lula de Holanda.

E vendo D. Amélia aos soluços, e o velho estendido no marquesão:

– Quer dinheiro, Capitão?

A figura do Coronel José Paulino encheu a sala de respeito.

– Coronel, esse velho se negou ao meu pedido. Eu sabia que ele guardava muito ouro velho, dos antigos, e vim pedir com todo o jeito. Negou tudo.

– Capitão, me desculpe, mas esta história do ouro é conversa do povo. O meu vizinho não tem nada. Soube que o senhor estava aqui e aqui estou para receber as suas ordens. Se é dinheiro que quer, eu tenho pouco, mas posso servir.

[...]

– Coronel, eu me retiro. Aqui eu não vim com o intuito de roubar ninguém. Vim pedir. O velho negou o corpo.

– Pois eu lhe agradeço, Capitão.

(J. L. Rego, 1987, vol. II, *Fogo Morto*, p. 701-702).

Assim, à coragem do Coronel José Paulino de enfrentar o perigo se acrescenta a habilidade de se declarar à mercê do chefe dos bandidos, desfazendo a tentativa de extorsão pelo domínio do jogo de honra. O cangaceiro prezava seu prestígio de justiceiro, protetor dos fracos; aceitar a proposta de dinheiro o deixaria reduzido à condição de simples mercenário. Ter

sido tratado de igual para igual por um senhor de engenho, um verdadeiro Coronel da Guarda Nacional, que o reconhecia como Capitão, era uma vantagem mais importante que uma grande soma de dinheiro. Um bando que não dispõe de refúgio fixo depende, fundamentalmente, do respeito que suscita. Em certas circunstâncias, mesmo para quem só vivia das armas, acumular capital simbólico tem mais valor do que dinheiro.

Finalmente, em sua autobiografia de 1956 – *Meus Verdes Anos* – José Lins do Rego conta, de outro modo, o episódio presente no primeiro romance:

À boca da noite vimos chegando pela estrada um grupo de homens armados [...]. Era Antônio Silvino que viera visitar o engenho [...]. Na sala de visitas, o chefe conversava com o meu avô e Henrique [marido de sua tia]. Vendo-me, chamou-me para perto dele e me acariciou os cabelos.

- É neto, meu padrinho?

Chamava meu avô de padrinho. Nada apresentava do terrível homem que fazia a velha Janoca falar baixinho quando se referia a ele. Vi bem que era um homem como os outros. O seu rifle era pequeno e trazia nos dedos muitos anéis de ouro. E falava devagar. [...] Botaram a mesa para o jantar dos cangaceiros [...]. Antônio Silvino viera como amigo.

(J. L. Rego, 1987, *Meus Verdes Anos*, p. 1262).

Em 1955, José Lins do Rego foi recebido na Academia Brasileira de Letras. Em 1956, ele já possuía todas as marcas de reconhecimento para revelar que Antônio Silvino fazia parte da clientela política do avô, poderoso chefe político local. Já não temia ser visto como um garoto ignorante, que havia apreciado as demonstrações de carinho de um dos homens mais violentos de sua região natal. Visto do mundo urbano e letrado, o universo dos senhores de engenho só podia parecer extremamente surpreendente. A análise dos costumes e valores rurais demonstrava a amplitude do desafio de modernizar a nação, mesmo se alguns, como mostra a dedicatória do próprio autor na autobiografia, visassem apenas a preservar as tradições.

UMA MODERNIDADE HIERÁRQUICA

O estudo dos dois romancistas voltados para a cultura açucareira do Nordeste revela que seus textos não buscavam, a todo custo, apresentar denúncias contra um poder arbitrário de uma época ultrapassada, nem tampouco se perdem em uma evocação nostálgica de um universo idílico condenado a desaparecer. Concretamente, tentar objetivar as engrenagens

de um mundo social que estavam forçados a deixar significava buscar compreender como o paraíso perdido de suas infâncias protegidas havia desaparecido; significava, também, transformar as lembranças que os habitavam em chaves que permitiam abrir as portas do reconhecimento literário na capital do país. O enunciado preciso da pesada herança do passado esclarecia os desafios do Brasil contemporâneo, no início de seu itinerário de industrialização e de unificação cultural; para os próprios escritores, os romances constituíram o principal instrumento de suas próprias estratégias de busca de uma nova atividade, o que permitiu que se apropriassem, de outra forma, dos dramas vivenciados por suas linhagens de ascendentes, ou seus próprios problemas existenciais.

O êxito de suas propostas em alcançar o espaço público se deve, igualmente, ao fato de que o mercado editorial nacional estava se estabelecendo na época, e tinha interesse no lançamento de novos autores, voltados para um universo de leitores em expansão, graças aos investimentos em educação de descendentes de grandes plantadores forçados a reverterem a gestão de seus patrimônios imobiliários. O imaginário de certas famílias de plantadores, antigos senhores de escravos, foi assim consagrado como “obras clássicas”, fazendo parte do imaginário coletivo, destinado à aprendizagem obrigatória das novas gerações de brasileiros. E as imagens internacionais acolheram, favoravelmente, o romance designado desde os anos 1930 como “autenticamente brasileiro”.

A compreensão mais profunda de um texto, ainda que extremamente denso, não exige que nos interroguemos sobre as condições de sua criação e sobre os suportes das mensagens que ele visa a transmitir? O preâmbulo do romance pioneiro – *A Bagaceira* – poderia muito bem figurar na abertura de uma antologia dos romances “autenticamente brasileiros”, pois ele adverte o leitor de que o regionalismo não passava de uma estratégia, para inscrever a literatura provinciana na literatura universal; em outras palavras, o romance regionalista constituía um meio de transformar a desvantagem de escrever sobre um meio violento, na base de inúmeros sofrimentos, profundamente hierarquizado, segundo “o sexo” e “a raça” de cada indivíduo, totalmente afastado dos costumes dos centros culturais internacionais, tidos por paradigmas de “universo civilizado”, em triunfos que asseguram seu interesse, sua consagração literária:

O regionalismo é o pé-de-fogo da literatura... Mas a dor é universal porque é uma expressão de humanidade. E nossa ficção incipiente não pode competir com os temas cultivados por uma inteligência mais requintada: só interessará por suas revelações, pela originalidade de seus aspectos despercebidos. (J. A. de Almeida, 1989, p. 36)

ABSTRACT

*This article studies how regional novels from the Brazilian North-East have been considered as the symbol of a genuine Brazilian culture. They have focused on rural areas rather than urban ones, from the Brazilian capital to North-East inland, as well as on new actors – such as patriarchs, plantation boys, cangaceiros, alluring women keen to obtain the favors of the plantation master, etc. –, and have changed the sentence order and the usual vocabulary. The study shows how changes in the social origin of authors as well as a deep transformation of the readers and the publishing market could be witnessed. The main novels studied here are *A Bagaceira* by José Américo de Almeida and the so-called “sugar cane cycle” by José Lins do Rego, both authors being the descendants of the Paraíba plantations owners who have been threatened by the steam factories. The article tries to show how their personal and social experience is re-thought and elaborated in the novels by authors who, having become famous, can now voice their family sufferings without shame. Individual experiences related in famous literary works can then become the symbols of the whole Brazilian community. Furthermore this article intends to show how important these novels are in keeping away from the cliché of Brazilian as mestizos and a degenerated people, studying how the white patriarchs often were the fathers of numerous children from different mothers, in a kind of polygamous pattern of gender relationships as evidenced in Gilberto Freyre’s works.*

Keywords: Agrarian elite’s recomposition; genuine Brazilian novelists; national literature; Northeast.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. e BELOCH, I. *Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas,: 2001, vol. I.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *Jorge Amado, política e literatura*, , Rio de Janeiro, Ed. Campus: 1979.

ALMEIDA, José Américo de. *A Parahyba e seus problemas*, Porto Alegre, 2 ed. Ed. Livraria Globo: 1937.

_____. *A bagaceira*. Edição crítica. Paiva, Milton, Madruga, Elisalva et Pontes de Azevedo, Neroaldo (orgs) , Rio de Janeiro, José Olympio: 1989.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa: romance*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar: 1997, vol. I.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco*, João Pessoa: Secretaria da Cultura de Paraíba: 1984.

BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*, Paris, Ed. du Seuil: 1992.

CASTRO, Angela Maria Bezerra de. *Re-leitura de A bagaceira, uma aprendizagem de desaprender*, Rio de Janeiro, José Olympio:1987.

CHARTIER, Roger. *Culture écrite et société. L'ordre des livres (XIV^e - XVIII^e siècles)*, Paris, Albin Michel: 1996.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Edição crítica, Walnice Nogueira Galvão (org), São Paulo: 1985, (1 ed. em português: 1902) .

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense:1970.

FOUCAULT, Michel. "Qu'est-ce qu'un auteur?", in: *Bulletin de la société française de philosophie*, 63^{ème} année, n^o3, juillet-septembre, 1969, p. 73-104.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olympio: 1946, 5. ed. rev. pelo autor.

GARCIA, Marie-France. *Feira e trabalhadores rurais*, Rio de Janeiro, PPGAS do Museu Nacional / UFRJ: 1984, tese de doutorado (mimeo).

GARCIA JR., Afrânio. *Libres et Assujettis. Marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme: 1989, 176p, (Collection Brasília).

_____. *O Sul, caminho do roçado*. São Paulo, Marco Zero/ UNB/CNPq:1990.

_____. "Reconversion des élites agraires. Du pouvoir local au pouvoir national". In: *Études Rurales*, n^o 131-132, Paris, EHESS: 1994, p. 89-106.

_____. "Les métissages et la construction culturelle de la nation", *Hérodote*, n^o 98, Paris, La Découverte: 2000, septembre, p. 135-147.

GARCIA JR, Afrânio et PALMEIRA, Moacir. "Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais do meio rural brasileiro". In *Brasil: um século de transformações*, sob a direção de I. Sachs, P-S. Pinheiro e J. Wilhelm, São Paulo, Companhia das Letras: 2001, p. 38-77.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão, veredas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira:, 1986.

JURT, Joseph. "L'apport de la théorie du champ aux études littéraires". In *Pierre Bourdieu, sociologue*, L. Pinto, G. Sapiro et P. Champagne (orgs.), Paris, Fayard: 2004, p. 255-278.

LEITE LOPES, José Sérgio. "Relações de parentesco e de propriedade nos romances do 'ciclo da cana' de José Lins do Rego". In: *Arte e sociedade*, G. Velho (org), Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 64-87.

LIMA, Alceu de Amoroso. "Uma revelação". In: J. A. Almeida. *A bagaceira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971, p. 89-96 (sob o pseudônimo de Tristão de Athaide, a partir da publicação de *Estudos, Rio de Janeiro, A Ordem*, 1930).

MICELI, Sérgio. *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*, Paris, Ed. MSH: 1981 (collection Brasilia).

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre, um vitoriano nos trópicos*. São Paulo, UNESP:2005.

PECAUT, Daniel. *Entre le peuple et la nation, les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris, Ed. MSH: 1989 (collection Brasilia).

REGO, José Lins do. *Ficção completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar: 1987, 2 vol.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas. A casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. Rio de Janeiro, PPGAS do MUSEU NACIONAL / UFRJ: 1998, tese de doutorado (mimeo).

_____. "La maison et l'entreprise: José Olympio et l'évolution de l'édition brésilienne". In *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 126/127, 1999, p. 90-102.

_____. *Brasilianas. José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo, EDUSP: 2010.

THIESSE, Anne-Marie. *Ecrire la France. Le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris, Presses Universitaires de France (PUF): 1991.

